

Plataforma Transgênicos Fora

ATTAC
PORTUGAL

geota



COLHER PARA SEMEAR
REDE PORTUGUESA
DE VARIEDADES TRADICIONAIS



GAIA
Grupo de Acção e Intervenção Ambiental



campo
aberto



Lpn



2008/06/09

Para circulação imediata

Segurança e precaução postas em causa MINISTÉRIO DO AMBIENTE AUTORIZA EXPERIÊNCIAS COM TRANSGÊNICOS EM REDE NATURA

Através da Agência Portuguesa do Ambiente, o Ministério do Ambiente acaba de autorizar a realização de ensaios experimentais com milho geneticamente modificado (dos tipos 98140 e GA21) solicitados pelas empresas Pioneer e Syngenta para Monforte e Ferreira do Alentejo.

O terreno experimental de Monforte **localiza-se numa área classificada pertencente à Rede Natura 2000**: trata-se da Zona de Protecção Especial de Monforte criada pelo Decreto Regulamentar 6/2008 especificamente para a protecção de aves estepárias, aves essas que usam as culturas de cereais para se alimentarem e nidificarem. Assim **o milho geneticamente modificado vai entrar na alimentação das aves que têm estatuto de protecção** o que, não sendo ilegal, é ilógico e imoral.

A saúde humana também está em causa com estes testes devido à apicultura, abelhas e colmeias. De acordo com um estudo científico de investigadores portugueses* uma abelha pode atingir zonas a mais de 5 km e uma única colmeia pode abranger uma área de 113 km². Como tal **o mel produzido a vários quilómetros de distância dos ensaios pode conter quantidades consideráveis de pólen transgénico o que**, para o caso do milho 98140 que não está estudado nem autorizado para consumo humano ou animal, **é totalmente ilegal**.

A democracia também sai a perder com estas autorizações. Os ensaios são aprovados contra a vontade expressa dos órgãos municipais de Monforte, **que se opuseram unanimemente à sua realização** tanto em sede de Executivo Municipal quanto em Assembleia Municipal. Esta última aprovou também, igualmente por unanimidade, a criação de uma Zona Livre de Transgênicos em Fevereiro do corrente ano. A legalização do cultivo de milho transgénico num concelho declarado Zona Livre **deita por terra a miragem veiculada oficialmente de que a Portaria das Zonas Livres (904/2006) tinha finalmente regulamentado o direito à escolha das autarquias locais**.

Em Ferreira do Alentejo, por outro lado, não se cumpriram as regras básicas da consulta pública que precedeu esta autorização do Ministério visto que, mais do que uma vez, foi comprovado telefonicamente que a Câmara Municipal não tinha disponível a documentação prevista.

Com estas autorizações o Ministério do Ambiente mostra que dá mais importância aos interesses comerciais de duas grandes multinacionais da engenharia genética do que à protecção da saúde e ambiente portugueses. Porque será?

* Vide Sabugosa-Madeira et al (2007) Journal of Apicultural Research 46(1):57-58.

Para mais informações: Margarida Silva, 91 730 1025

A Plataforma Transgénicos Fora é uma estrutura integrada por doze entidades não-governamentais da área do ambiente e agricultura (ARP, Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português; ATTAC, Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a Ajuda ao Cidadão; CAMPO ABERTO, Associação de Defesa do Ambiente; CNA, Confederação Nacional da Agricultura; Colher para Semear, Rede Portuguesa de Variedades Tradicionais; FAPAS, Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens; GAIA, Grupo de Acção e Intervenção Ambiental; GEOTA, Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente; LPN, Liga para a Protecção da Natureza; MPI, Movimento Pró-Informação para a Cidadania e Ambiente; QUERCUS, Associação Nacional de Conservação da Natureza; e SALVA, Associação de Produtores em Agricultura Biológica do Sul) e apoiada por dezenas de outras. Para mais informações contactar info@stopogm.net ou www.stopogm.net

Mais de 10 mil cidadãos portugueses reiteraram já por escrito a sua oposição aos transgénicos.